

Território e territorialismo: a abrangência conceitual e a noção de poder

Territory and territorialism: conceptual scope and the notion of power

Wesley Cantelmo

Economista. Mestre em Geografia pelo IGC/UFMG.
Superintendente de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Regional
da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão
Metropolitana/MG, Brasil
wesleycantelmo@yahoo.com.br

Carlos Lobo

Geógrafo, Doutor em Geografia. Professor Adjunto do Departamento de Geografia e
dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Análise e Modelagem de Sistemas
Ambientais do Instituto de Geociências da UFMG
carlosfflobo@gmail.com

Célio Horta

Geógrafo, Doutor em Geografia. Professor Adjunto do
Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG
celio@igc.ufmg.br

Ricardo Alexandrino Garcia

Demógrafo, Doutor em Demografia e Professor Adjunto do Departamento de Geografia e
dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Análise e Modelagem de Sistemas
Ambientais do Instituto de Geociências da UFMG
alexandrinogarcia@gmail.com

Recebido para revisão em 10/06/2015 e aceito para publicação em 02/07/2015

Resumo

O presente trabalho procura discutir a produção do território no Brasil, tendo como base o conceito de territorialismo. O processo histórico-geográfico de formação da sociedade brasileira foi regido por recorrentes promessas acerca da inserção na modernidade. A noção de desenvolvimento, desdobrada da noção de progresso, foi o combustível social de sustentação desse movimento de inserção das relações capitalistas no Brasil durante o século XX. Assim, a ação prevalecente nos governos, de um modo geral, tem sido a inserção das regiões brasileiras no circuito competitivo capitalista. Contudo, esse processo apresentou diversas distorções, que foram causadoras de movimentos de resistência política em favor da produção de territórios pensados na lógica capitalista-desenvolvimentista. Propõe-se com nesse manuscrito identificar os elementos de um movimento dialético entre a forma de produção territorial baseada nos princípios lógicos do desenvolvimento, alertando para a necessidade de movimentos de contestação dessa racionalidade. Trata-se de um investimento necessário uma vez que a ideário desenvolvimentista tem sido construído, no espaço social brasileiro, sob a influência de suas elites, como uma estratégia de reprodução, que ressalta o discurso em favor da produção de territórios competitivos.

Palavras-Chave: Território; Territorialismo; Desenvolvimento.

Abstract

This paper discusses the production of territory in Brazil, based on territoriality concept. The historical and geographical process of the Brazilian society formation was governed by recurring promises on the entry in modernity. The notion of development, deployed the notion of progress, was the fuel social support of this insertion movement of relations capitalists in Brazil during the twentieth century. Thus, the prevailing action Governments, in general, has been the insertion of the Brazilian regions in the capitalist competitive circuit. However, this process presented several distortions, which were causing political resistance movements on behalf of the production thought territories in capitalist developmentalist logic. It is proposed with this manuscript identifying the elements of a dialectic movement between the form of territorial production based on logical principles of development, stressing the need for protest movements. This is a necessary investment since developmentalist ideology has been built in the Brazilian social space, under the influence of their elites, as a strategy reproduction, which underscores the speech in favor of the production territoriality competitive.

Keywords: Territory; Territory; Development.

1. INTRODUÇÃO

Sobre os estudos dedicados ao conceito de *território* há disponível uma variada gama de interpretações, sejam elas de caráter político-econômico, biológico, semiológico, etc. (COSTA, 2006). Dentre as diversas incursões teóricas, grande parte das interpretações se alinha de alguma forma à noção de *poder*. Não raro, seguindo uma tradição dos estudos desdobrados da filosofia política moderna, o tema do poder remete às ações vinculadas ao papel do Estado (POGREBINSCHI, 2004). Ao aprofundar-se no debate que envolve o conceito de território, percebe-se que seu conteúdo teórico é complexo e interligado a diversas outras noções presentes na prática e política social da contemporaneidade. A noção de desenvolvimento é uma dessas. Sua recente associação com o debate acerca do conceito de território torna-se clara diante dos discursos do famigerado “desenvolvimento territorial”, que se desdobram em outros “desenvolvimentos” espacialmente invocados: “desenvolvimento nacional”, “desenvolvimento regional”, “desenvolvimento local”, dentre outros.

A premissa básica deste trabalho diz respeito a necessidade de que a análise processo de produção do espaço requer um debate aprofundado sobre as nuances e conflitos que envolvem o conceito de território e, como consequência, a noção de poder. Esse investimento permite maior esclarecimento sobre as práticas que envolvem o atual discurso de desenvolvimento socialmente construído e instituído, conforme cada contexto histórico/espacial. Nesse aspecto, o objetivo deste artigo é realizar breve incursão teórica com o propósito de mediar três importantes concepções diretamente associadas a vida social de nosso tempo: território, poder e desenvolvimento. Para tanto, resgata-se outra noção que é de certo modo “subdesenvolvida” nos debates da Geografia: o *territorialismo*.

Diante desse propósito, este artigo foi dividido em três unidades: i) “Concepções de território: a pluridisciplinaridade e a abrangência conceitual”, em que são apresentadas as diferentes linhas de entendimento sobre território e, mais importante, como essas diferentes linhas contribuem para a forja de uma concepção de território socialmente mais ampla; ii) “A importância da noção de poder para a construção de uma visão relacional de território”, seção que destaca a relação íntima entre território e poder; iii) “Territorialismo como estratégia/prática de poder”, base em que são explorados os fundamentos da noção de territorialismo.

2. CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO: A PLURIDISCIPLINARIDADE E ABRANGÊNCIA

No senso comum a noção de território frequentemente remete a definição de áreas, ou zonas, sobre influência de uma lógica, geralmente, imperativa, restritiva e fechada em si. Não raro, aponta vários exemplos possíveis de serem identificados no cotidiano, que incluem desde o território conquistado em um jogo juvenil, em que a guerra se faz no tabuleiro, até o discurso de um presidente ao enfatizar a necessidade de se proteger o território nacional. Fala-se, ainda, em território de um grupo, de uma empresa, por exemplo, em uma clara referência à propriedade privada, quase sempre relacionados à perspectiva de zona delimitada.

Destarte, essas interpretações relacionadas ao senso comum, a noção de território guarda contendas intensas e vastas no horizonte de sua interpretação. Ao que diz respeito às concepções acerca da noção de território, o trabalho de Rogério Haesbaert da Costa (2006) se apresenta como uma importante referência na literatura nacional. Esse autor¹ faz um exaustivo levantamento das elaborações sobre território e territorialidade e sua importância no que se refere à reprodução das relações sociais (HISSA, 2009; MUSSET, 2009). Em suas reflexões, Haesbaert demonstra que território, além de ser um conceito fundamental para a Geografia, também tem tradição em outras áreas do conhecimento com enfoques diferenciados, dentre as quais se destacam a antropologia, a economia, a sociologia, a ciência política e a psicologia (COSTA, 2006; HISSA, 2009).

Uma característica central da discussão sobre o conceito de território é a dinâmica que envolve a sua criação e desestruturação, como caracterizada por Costa (2006), tendo como fundamentos as elaborações de Deleuze e Guattari com relação ao movimento de desterritorialização/reterritorialização. Costa (2006) procura desenvolver uma interpretação a respeito das diferentes concepções de território com base no binômio *materialismo-idealismo*, o

¹ “Haesbaert”, ao qual iremos nos referir como Costa (2006), conforme indica a ficha catalográfica da edição que se teve acesso de “O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade”. Cabe ressaltar que, este autor, mais especificamente esta obra, acompanhará as reflexões apresentadas praticamente por todo este trabalho, dada a importância de sua formulação.

qual se desdobra em função de duas outras perspectivas: uma visão parcial de território, que enfatiza separadamente uma determinada dimensão dentre as consideradas possíveis – natural, econômica, política e cultural; e uma perspectiva integradora do território, que tem como fundamento a integração das concepções fragmentadas, como resposta ampla às questões socioespaciais decorrentes das relações homem-natureza (COSTA, 2006).

Essa leitura feita por Costa (2006) evidencia um olhar ontológico sobre o território. Olhar que direciona as atenções sobre duas realidades que o compõem: a realidade físico-material (materialista) e a realidade no campo das ideias (idealista). Dentro do campo das concepções materialistas, a vertente naturalista se destaca por apresentar, de maneira evidente, as relações do humano perante a natureza. Vale destacar que tais relações apresentam uma série de conflitos e, além disso, se entrecruzam com os processos sociais. De modo que, o caráter ecológico dessas relações só pode estar vinculado a uma noção socialmente ampla de território, em que as conexões entre homens e as outras formas de vida planetária estejam contempladas. Por outro lado, a lógica moderna, que tende a separar os humanos da natureza, procura produzir o território sob sua conveniência e ignorar os seus conflitos (GONÇALVES, 2001). Por exemplo, como descreve Costa (2006):

[...] a reclusão a que algumas áreas do planeta foram relegadas, em função de sua condição de áreas “protegidas”, provoca a reprodução de territórios que são uma espécie de clausura ao contrário, já que muitas vezes têm praticamente vedadas a intervenção e a mobilidade humana em seu interior. É claro que, aí, as questões de ordem cultural, política e econômica envolvidas são tão importantes quanto as questões ditas ecológicas. De qualquer forma, trata-se de mais um exemplo, muito rico, de um território interpretado numa perspectiva materialista e que, embora entrecruze fortemente áreas como a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política, também é bastante focalizado a partir de perspectivas como a da Ecologia (COSTA, 2006, p. 55).

Ainda sobre as concepções naturalistas, Costa (2006) recorre a interpretação de Bruno Latour, que apresenta uma noção que assume relevância especial: o hibridismo. Essa característica abre caminho ao debate da complexidade social que envolve a produção do território, que se define híbrido na medida em que abarca as diversas perspectivas da vida social. Latour (1994) também ressalta a importância do desenvolvimento de conceitos que permitam a reconstrução do pensamento em torno das visões naturalistas, ou seja, de cunho não antrópico, dentro de um complexo hibridismo em que cada vez mais estão se transformando (COSTA, 2006).

Ainda dentro da concepção materialista, seguindo a revisão de Costa (2006), destaca-se a ideia de território vinculada às práticas de controle, uso e exploração dos recursos disponíveis. Seguindo essa vertente de interpretação, o território é produzido a partir de dois elementos: a disponibilidade e o uso. Chama atenção para esses dois elementos, pois reforçam a complexidade que toma forma na ligação entre as relações sociais e a natureza. Costa (2006) se refere a essa

concepção inserindo-a adentro da vertente econômica do território. Nesse sentido, destaca as visões da tradição antropológica como a de Godelier (1984), que apresenta o território como uma porção da natureza (do espaço, como interpreta Costa) sobre o qual uma determinada sociedade reivindica os direitos de acesso, controle e uso dos recursos que aí se encontram, enquanto objeto, e que deseja explorar.

Na Geografia Milton Santos destaca-se como um dos principais autores que desenvolveu uma abordagem sobre o território em uma perspectiva materialista da economia espacial. Esse autor faz uma rica análise sobre os usos do território e enfatiza a força com que os processos econômicos influenciam sua produção. Nesse sentido, não se trata de um mero economicismo, mas de uma minuciosa e exaustiva busca das determinantes relacionadas às práticas hegemônicas na sociedade e seus circuitos (SANTOS, 1996; SANTOS, 2005). Santos (2000) expõe, por exemplo, que o hibridismo do território é fundamentado em sua característica de “usado” – que, enquanto objeto de uso, pode apresentar diversas faces. Assim, como destaca o próprio Costa (2006), Santos faz uma distinção dos possíveis usos do território:

Para os atores hegemônicos o *território usado* é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. Por outro lado, as situações resultantes nos possibilitam, a cada momento, entender que se faz mister considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonizados (SANTOS, 2000, p. 108).

Nesse sentido, o uso do território se dá em um contexto essencialmente relacional, em que se tem o ator e o agido que, por sua vez, também emprega um uso ao território, o de abrigo para a sua sobrevivência (SANTOS, 2000). No entanto, Costa (2006) reconhece as contribuições de Milton Santos ao afirmar que, em seus últimos trabalhos, ele destaca a importância da dinâmica de des-reterritorialização (destruição e recriação de territórios) como fator indissociável dos processos socioeconômicos, o que chamou de dinâmica capitalista do “meio técnico-científico informacional”. Domínio, poder, propriedade e produto do exercício político são usos que procuram construir a síntese do uso do território, como expõe Hissa (2009). Nessa acepção, o *espaço* é utilizado, ou melhor, *socialmente usado*, decorrente de processos e dinâmicas, ao qual se insere o processo de produção do espaço (HISSA, 2009). É exatamente dessa forma que Santos (1988; 1996; 2002) ressalta que as práticas hegemônicas da sociedade moderna produzem espaço através do uso, no sentido da produção de bens, do consumo e das transações mercantis, e a natureza desse uso dá pertinência ao território.

Certamente, uma das mais fortes tradições de utilização do território como conceito central está nas concepções que o entendem por meio de sua forma jurídico-política. Nesse contexto, território e territorialidade, como expressão geográfica do poder, tem delineado as formulações da Geografia Política (COX, 2002). Nessa mesma linha de raciocínio, o conceito de território vincula-se aos fundamentos materiais do Estado. Nessa discussão Friedrich Ratzel é uma referência clássica. Na acepção ratzeliana, o território é espaço sob a égide do domínio humano. É uma área sobre controle político, que corresponde ao controle do Estado (MORAES, 2000; COSTA, 2006). Para Ratzel, como demonstram Raffestin (1993) e Costa (2006), o território pode ser definido como o *espaço vital* - espaço ótimo de reprodução de um grupo ou de uma civilização, que oferece a esse coletivo, conforme suas dimensões e necessidades, as condições materiais (ou o “substrato material”) e a dimensão política necessária como representação da figura do Estado. Para Raffestin (1993), Ratzel desenvolve uma ontologia ecológica responsável por uma visão biogeográfica do Estado, que corresponde à existência de uma relação íntima entre o “substrato material” e o Estado (unidade jurídico-política). O território se define, nessa perspectiva, por meio de um elo entre uma dimensão natural e uma dimensão política do espaço (COSTA, 2006).

De acordo com Costa (2006), também é possível perceber aspectos de cunho idealista, de acepção subjetiva e não material na elaboração de Ratzel. Na verdade, Ratzel teria apresentado uma concepção idealista do conceito de natureza, em que a simbologia passa a ser parte essencial da existência de uma sociedade². Dentre as visões materialistas de caráter jurídico-político sobre o conceito de território é preciso destacar a produção de Gottman (1952). Para esse autor, o território pode ser concebido como um compartimento espacial distinto, pois é essencialmente político, uma vez que se coloca como entidade jurídico-administrativa. Seria, assim, um conjunto de terras agrupadas sob a égide de uma autoridade comum (COSTA, 2006; GOTTMAN, 1952). Costa (2006) alerta que, mesmo que a concepção de Gottman apresente um cunho materialista, cuja noção de território é tomada como compartimento espacial, também é possível perceber aspectos idealistas em sua elaboração. Da leitura de Gottman podemos extrair uma perspectiva que aborda o território enquanto movimento. Os “sistemas de movimento”, mais concretos, estariam ligados a “tudo o que chamamos de circulação no espaço”, enquanto os “sistemas de resistência” ao movimento seriam “mais abstratos do que materiais”, “uma série de símbolos” os quais o autor denomina como “iconografias”. Desse modo, dessas iconografias haveria uma espécie de “cimento sólido” a unir os membros de uma comunidade política (COSTA, 2006).

A elaboração de Gottman nos apresenta duas nuances importantes de serem destacadas para se compreender a noção de território: a primeira diz respeito à ideia de movimento, ou seja, que

² Segundo Wanderley Messias da Costa (1992, p.34), para Ratzel a coesão e o fortalecimento de um Estado confirmam-se na unidade territorial que, por sua vez, depende dos “liames espirituais entre os habitantes, o solo e o Estado”.

oferece elementos para a compreensão das dinâmicas, ou práticas de poder que tem como fundamento a apropriação, o domínio, a influência sobre os fluxos, sobre a circulação no espaço enquanto prática territorial; a segunda, chama a atenção para as “iconografias”, que em seu juízo são as representações simbólicas de resistência ao movimento, no sentido de um enraizamento. Isto é, acrescenta-se ao debate um conteúdo idealista, como uma ideologia territorial que sustenta a comunidade enquanto território³.

Ainda dentro da tradição jurídico-política observa-se a forte relação entre território e defesa, que atualmente se faz presente nas elaborações sobre relações internacionais. Seriam espaços em que uma coletividade defende a exclusão de certas práticas em favor de outras, que são aquelas defendidas no território (COX, 2002; COSTA, 2006). Dois destaques podem ser feitos com base nessas elaborações: um que diz respeito à exclusão de práticas - que desvincula a noção de poder a um apego pessoal, ou seja, não necessariamente se fala em exclusão de pessoas, mas de práticas, atividades que não seriam aceitas no/pelo território; e outro que se refere à importância da *exclusão* (de práticas) na formação do território enquanto ideologia, dada a formação de uma visão social de mundo específica ou uma abordagem social de território própria, formatada pelas práticas de poder vigente.

Costa (2006) destaca como a visão antropológica de Godelier permite uma aproximação entre o que se pode chamar de vertentes materialistas e idealistas, pois a autor aponta que as reivindicações de uma sociedade se direcionam ao acesso, controle e uso de seus componentes físicos e subjetivos. Nesse sentido o próprio Godelier aponta:

[...] o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos *poderes invisíveis* que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (GODELIER, 1984, p. 114).

Apoiando-se na importância das questões subjetivas, alguns autores construíram uma tradição que intenta por entender o território como um signo que dá sentido à reprodução da vida numa sociedade⁴. Costa (2006) aponta como referência para as concepções idealistas as elaborações de García (1976), para quem o território somente pode ser compreendido a partir de códigos culturais. Desta forma, o território deveria ser visto como um signo ou ideia, capaz de focar o olhar em direção a um território “semantizado” – um território “socializado e culturalizado”, em que cada aspecto da vida humana contém alguma lógica ou significado. Este significado se coloca entre o meio natural e a atividade humana, de modo que o estudo da territorialidade deve voltar-se à análise

³ A noção de iconografias como resistência, pode ser contraposta por uma ideologia do movimento na produção do território, que pode ser reconhecida na ideologia do desenvolvimento.

⁴ Como Hall (1977) e García (1976).

das práticas humanas que dão significado ao espaço territorial (GARCÍA, 1976). Ressalte-se que essa concepção de território possui muita semelhança com a noção de lugar construída no âmbito da Geografia Humanística. Pode-se, nesse sentido, pensar numa outra frente de reflexão epistemológica, considerando-se, assim, as interseções e as diferenças entre as categorias espaciais recentemente utilizadas na Geografia, como lugar, região, paisagem e lugar.

De qualquer modo, a abordagem apresentada por García (1976) chama atenção ao viés ideológico presente na produção e no planejamento do território, incluindo o discurso desenvolvimentista. Contudo, é preciso fazer as devidas mediações entre as diversas vertentes de análise do território, evitando a incursão em determinismos, sejam idealistas, materialistas ou ecológicos. Dessa forma, além de parecerem conclamar por complementações, essas mediações abrem possibilidades muito ricas de articulação teórico/conceitual. Existem alguns esforços que procuram conciliar cada uma dessas concepções. No intuito de evidenciar essas propostas, Costa (2006) classifica-as como “*perspectiva integradora de território*”. Trata-se de esforços teóricos capazes de considerar o território como um objeto que integra as dimensões política, cultural, econômica e ecológica das relações sociais. Hissa (2009), sobre esse aspecto, sugere que não é possível a compreensão do território por meio do isolamento disciplinar e faz uma crítica ao movimento técnico da modernidade que, esvaziado de saber, gera recortes conceituais e entre os conceitos, isto é, delimita o alcance de cada um. Em suas palavras,

[...] a demarcação dos diversos domínios do conhecimento, através do delineamento das tessituras conceituais, é meramente produto de um *movimento técnico*, esvaziado de saber, que não se sustenta teoricamente. Os conceitos têm uma natureza híbrida, assim como os objetos teóricos disciplinares, tanto como a ciência que se expressa através das disciplinas. Assim, o conceito de território jamais poderá ser monopolizado por um campo disciplinar (HISSA, 2009, pp. 60-61).

Para o desenvolvimento da perspectiva integradora Costa (2006) ressalta a influência do conceito clássico de região na discussão sobre território, uma vez que envolve um esforço fundado em um elemento estruturador, que serviria como uma espécie de amálgama na organização do espaço regional, conforme as visões de La Blache. Complementarmente, Chivallon (1999), como expõe Costa (2006), defende o uso da noção de espacialidade ao considerar a impossibilidade contemporânea do uso da noção de território, definido como uma espécie de “*experiência total’ do espaço que faz conjugar-se no mesmo lugar os diversos componentes da vida social*” (CHIVALLON, 1999, p. 5). Desse modo, o território corresponderia ao espaço capaz de integrar as múltiplas dimensões da vida: econômica, política cultural e natural (COSTA, 2006).

Contudo para a construção de uma visão integradora de território, em que os componentes da vida social estejam de alguma forma conectados, Costa (2006) argumenta ser necessário que se coloque em evidência determinadas características, que são

[...] em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões (COSTA, 2006, p. 76).

Distinto dos argumentos apresentados por Chavillon (1999), entende-se que, entretanto, é necessário recorrer a contextualização histórica em uma dada forma de território. Isto é, uma leitura holística de território que requer uma análise específica das “relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (COSTA, 2006, p. 78), dado que os elementos determinantes das relações estão em perpétua modificação. Trata-se, portanto, de um processo histórico evidenciado pelas transformações das atividades econômicas, das de poder político, das formas de “semantização” e de criação de cultura, bem como das conexões entre essas experiências da vida humana. Desse modo análogo, enquanto integrador das atividades humanas, o território se transforma. Ele é desconstruído e se reconstrói. Nessa acepção, Souza (2007), por exemplo, destaca as propriedades cíclica e móvel do território: em que a territorialidade pode se construir, enquanto relação social produtora de espaço, em momentos condicionados por uma dinâmica cíclica de ocupação do substrato material (caso, por exemplo, da prostituição em áreas obsoletas de uma cidade durante o período noturno); e serem móveis na medida em que as relações são deslocadas espacialmente em virtude de um processo, de tensão (conflito)⁵, por exemplo. Nesse sentido, como sugere Hissa,

Pressupõe-se, nesses termos, que a utilização do espaço, do território, desse corpo social híbrido, além de econômica, seja sempre política, mas também seja sempre a expressão de um processo social, cultural. Se o território é espaço político, instância de poder, o próprio processo de estruturação da sociedade – para produzir e consumir – encerra, também, uma natureza política e uma ordem ética (HISSA, 2009, p. 61).

⁵ No que concerne ao caráter móvel da territorialidade, nota-se que, a abordagem de Souza (2007) se constrói sob uma perspectiva zonal do território. Essa perspectiva poderia se confundir frente ao trato da importância dos fluxos frente à dinâmica do território, isto é, territorialização/(re)territorialização. No entanto, ela evidencia algo fundamental dessa mesma dinâmica, que é a existência do conflito, muitas vezes substanciados pela lógica decorrente dos fluxos que permeiam a produção do território. Souza exemplifica a questão dos territórios móveis a partir das relações conflituosas entre prostitutas e travestis por ocupação de áreas do centro de uma cidade durante a madrugada. A importância dessa propriedade, (mobilidade) do território, pode ser ratificada nos processos de gentrificação nas grandes cidades, onde moradores são expulsos dos locais onde se estabeleceram (geralmente durante gerações) em decorrência de práticas estatais que promovem uma valorização rentista da terra que não às permitem (financeiramente) permanecer.

Atualmente, não parece razoável apreender as diferentes experiências da vida sob a perspectiva exclusivamente zonal de território, restringida a um espaço contínuo e delimitado. Conforme abordado por Santos (1996), as decisões em escala global influenciam as práticas na escala cotidiana, que podem responder de maneiras diferenciadas conforme os contextos socioespaciais. Abre-se, nesse contexto, a possibilidade de analisar o território sob outra perspectiva, considerando as conexões entre as diversas escalas das relações humanas e suas interações com natureza. O território pode, desta forma, ser também compreendido como uma rede de conexões assimétricas e socialmente desiguais (COSTA, 2006). Movimentos, valores e racionalidades diferenciadas produzem a dinâmica do território a partir de conexões que interligam diversas escalas (HISSA, 2009), inclusive em uma lógica de sobreposição entre territórios-zona.

Souza (2007) afirma que a questão dos territórios-rede representa outro olhar sob a temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, de modo que o território possa ser visto como um *campo de força*, enquanto *rede de relações sociais* que, inerente a sua complexidade, define, além da teia reticular, os seus limites que se expressam nas diferenças entre os nós. Nesse sentido, Souza (2007), em busca de uma mediação teórico-conceitual entre os territórios-zona (territórios contínuos, para utilizar os termos do autor) e rede, propõe denominar o território-rede de *território descontínuo*. Cada território descontínuo é uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos (SOUZA, 2007). O mesmo autor chama a atenção para a existência de sobreposições e contradições entre as territorialidades existentes. Demonstra essas possibilidades reais inerentes à dinâmica de produção do território utilizando como exemplo a luta dos camelôs do Rio de Janeiro, à época de seu trabalho, na defesa de seu território em contraposição aos lojistas e às práticas de Estado expressadas na atuação da guarda municipal. Há, portanto, a necessidade de aprofundamento de uma abordagem sob a noção de território que seja capaz de se aproximar das relações que determinam o movimento político-espacial dos grupos que compõem uma determinada sociedade. Novamente se ressalta o caráter híbrido do território, caracterizado pela necessidade de se compreender o território como resultado da interação de complexas características da vida humana. Aproxima-se, assim, com base em uma noção de território que integra as relações humanas, daquilo que podemos chamar de concepção relacional do território (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2007; COSTA, 2006), de modo que o território pode ser entendido como espaço definido “*por e a partir de relações de poder*” (SOUZA, 2007, p. 111).

3. A NOÇÃO DE PODER E A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO DE TERRITÓRIO

Na medida em que se aprofunda na análise do conceito de território, reforça-se a necessidade de entendê-lo como definido por *relações de poder* mediadas pelo Estado. A noção de poder, no senso comum, está associada a contextos como os de dominação, violência e comando. O juízo comum, de fato, oferece elementos interpretativos significativos a respeito das problemáticas que envolvem a questão do poder. Ainda assim, é preciso qualificá-la com perspectivas mais amplas que permitam a construção de uma abordagem dialética da noção de território. Para isso, é necessário apreender como essa questão se encontra embutida nas relações sociais. Nesse sentido, torna-se relevante recorrer às formulações de Michel Foucault, cuja noção de poder tem e tem aberto caminho e gerado inspiração para diversas abordagens acerca do conceito de território, como aquela presente na obra de Raffestin (1993) e, em certa medida, em Robert Sack (1986), dentre outros (SOUZA, 2007; HISSA, 2009; COSTA, 2006). Assim, seguindo uma tradição da filosofia política moderna, o conceito de *poder* tem sido relacionado a questões vinculadas ao Estado (POGREBINSCHI, 2004, SOUZA, 2007). Contudo, contrapondo-se às elaborações predominantes, conforme nos expõe Pogrebinschi (2004), para Foucault, poder pode ser analisado pelas relações fora do âmbito do Estado e de suas instituições, de modo a romper com os esquemas predominantes de análise⁶.

A elaboração de Foucault expõe uma análise das formas de poder além de certos argumentos considerados como universais pelas teorias modernas. Foucault (2008a) traça uma linha história das formas de poder ou dos dispositivos de poder sobre os quais se constrói a sociedade moderna. Para esse mesmo autor, existem, sobretudo a partir dos séculos XVI e XVII, alterações ou ajustamentos na forma de manifestação do poder ou na primazia das formas, passando dos dispositivos de soberania aos de disciplina, para chegar aos dispositivos de segurança. Com aponte Pogrebinschi (2004), Foucault adota algumas precauções metodológicas em sua elaboração genealógica sobre o poder, que são apresentadas como princípios. O primeiro deles seria o princípio da *localidade*, em que Foucault analisa o poder em suas formas e instituições mais locais, ou seja, através de seus mecanismos específicos em contraponto aos mais gerais. O segundo princípio é o da *exterioridade* ou da *objetivação*: trata-se de “buscar o poder naquele exato ponto no qual ele se estabelece e

⁶ Foucault opta por não analisar o poder no nível da intenção ou da decisão. O conceito de poder de Foucault “[...] tem a ambição de, a um só tempo, romper com os esquemas predominantes de interpretação – seja aquilo que ele chama de economicismo na teoria do poder, no caso das abordagens jurídicas e marxistas, sejam aquelas concepções outras que privilegiam o conteúdo belicoso ou repressivo do poder. Além disso, outro importante pressuposto que informa amplamente todo o ponto de partida de Foucault em suas investigações sobre o poder é [...] a necessidade de encontrá-lo fora do âmbito do Estado e de suas instituições” (POGREBINSCHI, 2004, p. 184-185).

produz efeitos” (POGREBINSCHI, 2004, p. 182)⁷. O terceiro princípio é o da *circularidade* ou *transitoriedade*, que sugere que, potencialmente, todos os indivíduos estão na posição de exercer ou serem submetidos ao poder. O princípio da *ascensão* é o quarto, de modo que Foucault conduz sua análise do poder a partir de seus menores mecanismos até chegar a seus mecanismos globais. O quinto e último princípio aparece como o da *não-ideologização*, de modo que Foucault opta por substituir as concepções ideológicas de poder pela compreensão dos saberes⁸.

Quanto ao movimento dos mecanismos de poder e primazia das técnicas de segurança na sociedade moderna, Foucault considera que

Na verdade, vocês têm uma série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os sistemas jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança. Em outras palavras, vocês vão ter uma história que vai ser uma história das técnicas propriamente ditas (FOUCAULT, 2008a, p. 11-12).

Assim os fenômenos da vida social são inseridos dentro do sistema de poder predominante à época, que vão se tornando menos simplificados na medida em que os mecanismos de saber-fazer tornam-se, também, mais sofisticados ao incorporar os mecanismos outrora primários. Foucault desenvolve uma análise de como se chega aos *espaços de segurança*, ou seja, a formação do espaço a partir das tecnologias de poder⁹. Foucault utiliza do exemplo da cidade, ou melhor, das cidades produzidas conforme a forma de poder estabelecida como dominante. No caso da soberania a relação com o território é essencialmente primária, pois o poder é exercido em uma relação do soberano com seu território, de modo que a cidade é pensada externamente a partir de um sistema hierárquico-funcional de formação do território, em que, por exemplo, são estabelecidos os parâmetros de localização da cidade-capital, o centro do poder do soberano e como se relaciona com o restante do território (FOUCAULT, 2008a).

Em relação aos mecanismos de disciplina o foco de pensamento social sobre a cidade se transforma e passa a fazer sentido o planejamento da disposição hierárquica de seus equipamentos¹⁰. Quando a cidade se encontra em desenvolvimento, em meio a acontecimentos,

⁷ Ver diretamente em Foucault (1999).

⁸ “O que está na base do poder, diz Foucault, não são as ideologias, mas instrumentos de formação e acúmulo de saber. Ao exercer-se, o poder forma, organiza e coloca em circulação um dispositivo de saber” (POGREBINSCHI, 2004, p. 183).

⁹ “[...] os problemas de espaço são igualmente comuns a todas três (soberania, disciplina e segurança). No caso da soberania, é óbvio, pois é antes de mais nada como uma coisa que se exerce e no interior do território que a soberania aparece. Mas a disciplina implica uma repartição espacial, e creio que a segurança também” (FOUCAULT, 2008a, p. 17).

¹⁰ “Creio que, nesse esquema simples, encontramos exatamente o tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço, isto é, [a] constituição de um espaço vazio e fechado, no interior do qual vão ser construídas multiplicidades artificiais organizadas de acordo com o tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos

mazelas, pressões internas e externas, há a necessidade da abertura frente aos entraves. Passa-se, então, a fazer sentido o pensamento do espaço como algo dado, como estratégia com o propósito de minimizar os inconvenientes que dificultam ou impedem o exercício das práticas de poder, estabelecendo-se como verdade¹¹. A noção de meio em Foucault coloca um contraponto à noção de território posta pelas abordagens materialistas que o trabalham como substrato material. Contudo, mais importante é o fato de Foucault demonstrar que, através das relações e de seus mecanismos, um grupo pretenderá naturalizar os mecanismos de saber-fazer que lhe aprouver. O poder torna-se resultante de relações que podem se transformar no tempo-espaço e que visam impor socialmente uma verdade: aquela que orienta as relações. Assim, o poder se constrói a partir de práticas, as mais gerais possíveis, que contribuem para a disseminação de um saber-fazer. O poder se faz em um campo aberto, de potência ao surgimento de novas verdades, apesar de, dialeticamente, as relações incorporarem elementos que reproduzem o *status quo*.

Autores que trabalham a questão do território, materializada pelas relações sociais mediadas pelo espaço, direta ou indiretamente, têm incorporado a noção de poder elaborada por Foucault. Nesse grupo destaca-se Raffestin (1993), que incorpora os princípios foucaultianos, de modo que passa a considerar o território como algo inerente às relações sociais. Na concepção de Raffestin o ideal das práticas de poder envolveria impelir relações exclusivamente através de símbolos, em uma dinâmica em que há um afastamento entre “trunfo real” (que seria o referencial, ou seja, a população, os recursos e o substrato material¹²) e o “trunfo imaginário” (os símbolos que expressam a “verdade” produzida socialmente). O autor analisa como os elementos da “unidade-trabalho” – energia (trabalho manual) e informação (trabalho intelectual) – são separados pelo processo de produção capitalista, na medida em que as organizações (empresas) se apropriam do produto do trabalho e reproduzem novas formas de alienação. Por outro lado, Raffestin evidencia, também, a possibilidade de retomada do controle do poder original, por parte dos trabalhadores, que paulatinamente podem desenvolver esse desejo (RAFFESTIN, 1993). Essa possibilidade reativa de retomada do poder colocada pelo autor, frente à separação entre energia e informação derivada da supremacia das relações capitalistas, exalta uma positividade quanto ao movimento do poder.

efeitos funcionais específicos dessa distribuição, por exemplo, assegurar o comércio, assegurar a moradia, etc.” (FOUCAULT, 2008a, p. 23).

¹¹ No âmbito da cidade permeada pelos dispositivos de segurança, Foucault destaca a importância da noção de meio, que é o mecanismo pelo qual se promove a circulação das causas e dos efeitos da relação de poder.

¹² Cabe ressaltar que, quando trata da questão, Raffestin se refere ao território e não ao substrato material. Contudo, Souza (2007) faz uma crítica à Raffestin, em alguma medida acatada por Costa (2006), destacando que o autor não teria discernido que o território não é o substrato material (mais detalhes ver em SOUZA, 2007).

Sack (1986), de modo similar, não associa poder exclusivamente à agressividade, mas como uma forma de controle¹³. O poder territorial é colocado como estratégia espacial para controlar, influenciar e explorar recursos e pessoas por meio do exercício de influência no espaço geográfico. Tal estratégia se constrói em meio às relações, tanto de dimensão material, quanto de caráter cultural. Essa vertente de entendimento acerca da noção de poder permite o aprofundamento na análise das principais abordagens sobre o caráter dialético do território, o que reforça a necessidade de uma abordagem integradora, capaz de comungar diferentes perspectivas e reorientar o próprio conceito de território. Nesse aspecto,

Num sentido também aqui relacional, o poder como relação, e não como coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem (COSTA, 2006, p. 93).

Raffestin (1993) considera o espaço e o tempo como suporte não apenas das relações sociais, mas também como trunfos. São também recursos que se valem para a sustentação ou construção de relações de poder nos termos foucaultianos. São mediadores, suporte e recursos dos mecanismos de poder, que se sustentam através da construção histórico-espacial de tecnologias que evidenciam um saber-fazer, uma “verdade”. Contudo, suposta essa “verdade”, produzida pelas relações de poder, não é isenta de contestação, o que torna o espaço-tempo, em suas variadas escalas, essencialmente político, como sugerido por Lefebvre (1991). Assim o território também é demarcado e produzido, por exemplo, por relações decorrentes de práticas como as das prostitutas que ocupam uma área obsoleta da cidade (SOUZA, 2007), das práticas das populações extrativistas da Amazônia e de suas relações com organizações do contexto nacional que se apropriam do produto de seu trabalho (GONÇALVES, 2001), das práticas governamentais, sob a forma de programas que visam orientar o local, a região ou a cidade a encarar como estratégico o reforço da competitividade das empresas ali estabelecidas (BRANDÃO, 2007). Nessa acepção, conforme expressa Costa (2006):

Podemos afirmar que o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza, para utilizar os termos de Marx (COSTA, 2006, p. 82).

Outro aspecto importante do sentido dialético do território é que, desse certo modo, ele incorpora a complexidade que o faz, em muitos contextos, móvel, cíclico e contraditório. Em outras palavras, evita-se uma visão simplista do espaço que tem o território como enraizamento, limite ou

¹³ É importante destacar que para Sack (1986) nem toda relação de poder é territorial. Portanto, ele ressalta a importância de um olhar específico sobre a territorialidade, que representa uma estratégia de controle territorial.

fronteira. Ao contrário disso ele é, também, movimento, fluidez, interconexão (COSTA, 2006)¹⁴. Para Raffestin (1993) o território é um espaço apropriado e produzido através de relações de toda natureza, medido por relações de poder que têm incluídas em sua estrutura as dimensões materiais e simbólicas da vida humana. É um espaço criado pelos homens para controlarem a si mesmos, conforme interesses específicos, particulares e/ou coletivos. Desse modo, não existe uma “materialidade neutra”, mas uma materialidade mergulhada nos processos de significação (COSTA, 2006), de maneira que o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização das sociedades é comandado pelo acesso à informação (RAFFESTIN, 1993) e pelos processos de formação ou manutenção cultural-ideológica.

Como uma estratégia, a territorialidade poderia ser ativada e desativada, passível de ser utilizada de maneira ampla e em múltiplas escalas, desde o nível pessoal, cotidiano, a rua, o bairro, por exemplo, até blocos políticos internacionais. Trata-se de uma visão que é corroborada por Souza (2007) e que não se restringe, no nível do Estado-nação. Nesse sentido,

[...] para Sack, “a territorialidade deve proporcionar uma classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle”. O território se torna assim um dos instrumentos utilizados em processos que visam algum tipo de padronização – internamente a este território, e de classificação – na relação com outros territórios. Todos os que vivem dentro de seus limites tendem assim, em determinado sentido, a ser vistos como “iguais”, tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram fora de seus limites (COSTA, 2006, p. 89).

A elaboração de Sack ganha relevância ao indicar uma tentativa de reboque ideológico, estrategicamente posto, ao que se pode chamar de projeto/agenda territorial, muito frequentemente também denominada agenda regional/territorial de desenvolvimento. A lógica proposta por esse autor, sugere que agendas estratégicas criam barreiras para outros projetos passíveis de serem territorialmente implementados, uma vez que são instrumentalizadas através de mecanismos de interpelação ideológica. Contudo, é preciso ressaltar que a formulação de Sack, mesmo fundamentada em termos de territórios-zona, contempla uma territorialidade (tendo-se como referência as relações de poder contemporâneas), que também é concebida como estratégia e que

¹⁴ Nesse sentido, Hissa (2009), chama atenção para os significados de fronteira. O autor, a partir do uso da noção de território enquanto propriedade, fechamento, vigília, portanto, limite e fronteira, propõe uma qualificação da discussão, de maneira que: limites são construídos por relações voltadas para o interior do território, uma noção associada a guarda dos territórios; enquanto que as fronteiras são “espaços de transição”, “zonas de contato”, abertura e são formadas por relações voltadas ao exterior. Porém, destaca que os usos pela literatura se confundem e a noção de fronteira tem sido utilizada enquanto representação de limite (HISSA, 2009). Apesar disso, essa reflexão de Hissa (2009) permite reforçar ainda mais o caráter relacional do território, sem que se negligenciem suas características híbridas. Portanto, o território nem é só fechamento, limite dentro de suas relações de poder internas, nem é só relação exterior expressa nos conflitos entre os territórios e nem é experiência total, enquanto espaço geográfico. De modo que, a noção de fronteira, que dentro da perspectiva defendida neste trabalho é complementar à de rede, guia na elaboração desta mediação rumo ao hibridismo e ao caráter relacional do território. A fronteira representa uma abertura às relações entre os territórios e se coloca como fio conector responsável pela formação dos territórios-rede.

está subordinada, em grande parte, às determinações de uma dinâmica multiterritorial e multiescalar, vinculada à ideologia do desenvolvimento. Nesse aspecto, entender a proposta de Sack torna-se fundamental para compreender como uma lógica global complexa se faz presente, materializada, politizada e culturalizada em escalas mais próximas do cotidiano (COSTA, 2006).

Ao conjugar essas contribuições é possível considerar o território como resultado de um processo de interação entre as múltiplas dimensões do poder, que em um processo histórico produz mecanismos de afirmação. Desta forma, os mecanismos de poder são produzidos na contemporaneidade como modo de sustentação de um saber-fazer político, em um movimento de promoção do entrelaçamento das dimensões simbólica, econômica e jurídica vida humana. Nesse sentido, fala-se do processo político ocidental, capitalista, ao qual, no contexto vigente, a produção dos territórios encontra-se arraigada, seja no sentido de reprodução das relações capitalistas através de práticas estabelecidas nas mais diversas escalas, seja em um movimento de contraposição que afirma as práticas voltadas à sustentação de outras formas de reprodução social.

Sobre as escalas espaciais há, ainda, um debate que requer atenção especial. Por um lado, algumas abordagens consideram as escalas como instrumentos de análise ou recurso epistemológico; por outro, são também tomadas como categoria da prática, instrumento das lutas sociais (MOORE, 2008; BRANDÃO, 2009). Nesse sentido, Carlos Brandão expõe:

Como “categoria e unidade de análise”, muito se avançou na investigação teórica e empírica da escala enquanto encarnação concreta de relações sociais, histórica e geograficamente determinadas. Logrou-se afastar das concepções restritas e estáticas que a tomavam como um dado e avançou-se ao tomá-la sob o prisma de sua natureza eminentemente relacional e processual, passando a ser interpretada como *locus* e veículo *in situ* através dos quais as relações socio-espaciais se estruturam e operam. [...] Como “categoria da prática”, a construção escalar é um processo eminentemente político, estabelecendo a diferenciação de determinado ângulo de luta social pelo controle do espaço. Como modo particular de organizar e dispor de seus recursos políticos (incluindo a utilização de recursos simbólicos e discursivos) a “política de escala” se manifesta na constituição de arenas e instâncias em que se buscam estabelecer alianças, confrontos etc., possibilitando lançar mão de instrumentos, dispositivos e recursos diversos, segundo este prisma (BRANDÃO, 2009, p. 171).

Entende-se a dimensão da escala como importante na análise sócio/espacial, pois, como demonstraram Swyngedouw (2004) e Brandão (2009), evidencia como *locus* de enfrentamentos sob a construção coletiva e política. Assim, a escala não se define em si mesma, mas em relação ao outro, de modo que, desenha compromissos, seja como forma explícita ou por compromissos não tão conflituosos. Para Swyngedouw (2004), as escalas estão sujeitas a mecanismos de *empowering-disempowering* e processos de *upscaling-downscaling* (BRANDÃO, 2009). Para Brandão (2009), os processos sociais são caracterizados por reescalamentos, em que fazem parte a “luta pela a escala” e a “luta sobre a escala” (SMITH, 2002). Pode-se, por exemplo, destacar a exploração de alguns localismos exagerados, embasados pelo discurso do desenvolvimento local e alicerçados sob

as formas institucionais que buscam cristalizar o espaço em virtude da acumulação, em favor das interações locais com o capital global. Interações que na atualidade, por muitas vezes, fazem-se possíveis por mediações do capital financeiro e pelas facilidades apresentadas pelos meios técnicos e informacionais. Os conflitos inerentes a esse processo escalar podem estar presentes nas relações de competição intercapitais, mas também nas relações com o outro, não-capitalista. Desse modo, movimentos insurgentes podem arquitetar suas próprias interpretações escalares, mobilizando recursos discursivos, institucionais ou, até mesmo, recursos violentos, de contestação (BRANDÃO, 2009). Como sugere Brandão (2009, p.172), “*Essas tensões na correlação de forças sociais e escalares podem criar coalizões (inclusive em outras escalas) e constituírem bloco histórico com alguma organicidade (ou tratar-se-ia mesmo de um bloco ‘geográfico’?)*”. As escalas têm alto poder de convência de táticas e estratégias espaciais de poder, bem como de expressão do conflito socioespacial (MOORE, 2008; BRANDÃO, 2009), de modo que os agentes sociais às propõem e se dispõem perante elas, como terreno incerto em constante disputa (VAINER, 2006). Há, nesse aspecto, uma perpetua redefinição das escalas¹⁵.

As disputas políticas instalam e rompem com escalas conforme a estratégia que fundamenta as práticas de poder que produzem o território. Assim, há uma constante redefinição das relações e dos sujeitos responsáveis pela produção do território através da redefinição das escalas, nos diversos campos da vida humana. Na articulação entre as escalas constrói-se a articulação entre o econômico, o cultural e o natural, em um movimento de integração relacional, em constante transformação política no espaço-tempo. Como sugere Vainer (2006), assim como as escalas, seu próprio significado e nomeação indicam as redefinições das relações a que estão vinculadas. Nesse sentido, os modelos escalares, como representação de estratégias de poder no movimento de territorialização, devem ser devidamente tomados. Vainer (2006) também ressalta os localismos, nacionalismos, regionalismos e globalismos, que se evidenciam como representação de estratégias de poder, as quais são compreendidas como estratégias produtoras de movimentos que buscam a cristalização de relações no território: territorialismo, territorialismos.

Quanto ao processo de produção do território na sociedade capitalista, parece haver uma constante tensão entre os movimentos de apropriação e dominação: um conflito de uso do espaço, como aponta Lefebvre (1991). A apropriação estaria vinculada à modificação do espaço em favor das necessidades de um coletivo. A dominação (propriedade), por outro lado, se coloca como uma

¹⁵ “[...] as escalas espaciais nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações. Há contestação e transformação perpétuas de escalas geográficas de regulação. Está claro que haverá variações consideráveis das posições relativas de poder social a depender de quem controla o que, em que escala” (SWYNGEDOUW, 1997, p. 141, citado por BRANDÃO, 2009).

funcionalidade do espaço, uma possessão, que unifuncionaliza o uso do espaço, que tende a se fechar à apropriação. Ainda de acordo com esse autor,

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempos e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipularam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por que? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE, 1984, p. 411-412).

Lefebvre chama a atenção para a *funcionalização* excludente do espaço, apresentada como uma estratégia de posse que exclui a apropriação diversificada, em favor de práticas sustentadas por uma ideologia de organização do espaço, que pode ser identificada pela exacerbação da estratégia de desenvolvimento mercadologicamente inclusivo. Para Lefebvre,

[...] dominação e apropriação do espaço deveriam andar juntas, “mas a história (aquela da acumulação) é também a história da sua separação, da sua contradição. Quem vence é o *dominante*” (1986:193). [...] Assim, de acordo com o grupo e/ou classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica. Enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo (COSTA, 2006, p. 96).

Assim, torna-se necessário investigar as estratégias de produção e reprodução do território sob a égide das relações capitalistas. Isto é, estratégias que visam à promoção da territorialização funcional, que geram a especialização produtiva regional ou dos lugares aparelhados por instrumentos que compõem a vida social: o Estado e suas derivações escalares – no caso brasileiro, expressada no pacto federativo e nas instâncias de governança; estratégias de promoção da especialização produtiva que beneficia as elites locais; mecanismos que procuram enquadrar formas de reprodução social não capitalistas no circuito competitivo de valorização; a promoção da ideologia do desenvolvimento sob a perspectiva territorial-competitiva. Deve-se, portanto, considerar que as variações geográficas influenciam na produção das estratégias de territorialização, sejam elas com o propósito de promover o saber capitalista ou de afirmação de modos de reprodução social não-capitalistas frente às tensões a que os coletivos são submetidos. Como aponta Costa (2006), a territorialização de uma sociabilidade indígena na Amazônia, por exemplo, não significa o mesmo que a territorialização de grupos empresariais. As formas são diversas, inclusive no que diz respeito às escalas¹⁶. Essa concepção permite investir na busca pelos determinantes da

¹⁶ Quando uma aldeia indígena na Amazônia é interpelada por projetos de “desenvolvimento sustentável” promovidos por indústrias de cosméticos estabelece-se um cenário dinâmico, em termos de reações políticas, tecnologias de uso do solo, de produção industrial, etc. diferentes do conflito entre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e latifundiários do agronegócio no Centro-Oeste brasileiro. Apesar de a natureza do conflito ter bases similares, no que diz respeito ao movimento de difusão das relações capitalistas, as estratégias, os atores e características físicas são diferentes.

territorialização, em seus diversos contextos histórico-geográficos. Mais que isso, possibilita identificar as tensões entre territorializações e territorialismos, que podem se construir por meio de diversas relações: entre territórios-zona; local-global e dominação-apropriação, o que permite a contestação de uma ordem de produção do território, em função de uma nova dimensão de (re)territorialização.

Contudo, também é preciso examinar amiúde as formas de territorialização, as quais são determinantes do processo de construção da sociedade brasileira. Os conflitos e as práticas de poder que se desenvolveram em nossa história e produziram território(s) distintos. Assim, deve-se aprofundar na investigação de decisões, nas articulações entre microprocessos e macroprocessos nas várias escalas em que o poder se manifesta espacialmente e em que se estruturam os diferentes interesses que geram o movimento de produção do território (BRANDÃO, 2009). Com base em cada modelo de desenvolvimento, desenrolam-se processos e estratégias que procuram guiar o corpo social a colocar seus esforços em práticas que tem como intuito a inserção no conjunto de práticas características da reprodução capitalista. A proposta de desenvolvimento se revela como um modo “ideal”, “natural” da reprodução humana, sob a qual não há contestação. As articulações em escalas diferenciadas tomam destaque, pois é nelas que se constroem os movimentos, sejam os de reprodução dessa “verdade”, sejam os de sua contestação em um quadro de “interdependência” (CARDOSO, 1980). Santos (1996), por exemplo, mostra, no âmbito das relações econômicas, a existência de um circuito superior que expressa a modernização das trocas no nível global e que tem como estratégia definidora das práticas a influências sobre as relações locais, delimitadas por um espaço global de comando que busca determinar as relações do cotidiano (SANTOS, 1996). Por outro lado, evidencia a existência de um circuito inferior da economia e suas atividades periféricas, as quais se enraízam como relações privilegiadas de reprodução social e do próprio circuito superior. (SANTOS, 1979; MUSSET, 2009).

4. O TERRITORIALISMO COMO ESTRATÉGIA/PRÁTICA DE PODER

A noção de territorialismo foi objeto de investimento em diferentes vertentes do pensamento científico. Como de território, o conceito de territorialismo não escapou sem maiores polêmicas e contendas. No âmbito da economia política, Giovanni Arrighi (1996) desenvolve a ideia de territorialismo como uma dinâmica de poder estatal, em que o controle do *território*, enquanto área e população, estabelece-se como principal elemento das práticas de poder de uma determinada sociedade. Pesa sobre a elaboração de Arrighi (1996) a crítica feita por Costa (2006) a respeito da noção de território adotada pelo autor: “*território, aqui parece ter sua conotação mais banal e do*

senso comum ligada a ‘terra’, ‘pedaço de chão’, e como se o território pudesse aparecer separado da população” (COSTA, 2006, p. 180)¹⁷. Contudo, a crítica mais contundente trazida por Costa (2006) diz respeito ao conteúdo conceitual da noção de territorialismo proposta por Arrighi (1996):

Somos obrigados [...] a deduzir de que “território” o autor está falando. Ou, mais ainda, a que “territorialismo” ele está se referindo, já que, pelo menos na Geografia, esta concepção tem um sentido bastante negativo e que não se refere, ou se refere apenas em parte, à interpretação proposta pelo autor. Prévert (*in Brunet et al., 1993*), por exemplo, define territorialismo como “mau uso da territorialidade, derivação pela qual sobrevaloriza-se um território de pertencimento, a ponto de pretender excluir toda pessoa considerada como estrangeira, e eventualmente de estendê-lo em detrimento dos vizinhos: o territorialismo tem a ver com terrorismo”. Trata-se de um território naturalizado, a-histórico, “animalizado”, como se tivéssemos naturalmente um “direito ao solo” (COSTA, 2006, p. 180).

A crítica de Costa (2006), baseada nas visões mais correntes da literatura geográfica, incluindo os argumentos de Prévert (1993), oferece o fundamental essencial para a exploração do conceito de territorialismo. Uma das questões centrais refere-se a compreensão das práticas hegemônicas de poder na contemporaneidade, que são fundamentalmente as práticas capitalistas de reprodução: que produzem o espaço sob a égide daquilo que Lefebvre (1991) designa como práticas de dominação em contraposição à apropriação. Assim, procura-se apresentar a noção de territorialismo como uma estratégia de poder que busca renegar o outro: o diferente, que busca naturalizar, “animalizar” relações e produzir o território a partir de sua *funcionalização* – ou naturalização de uma racionalidade, que, no muito, procura converter o outro e fazê-lo se adaptar a sua lógica.

O conceito de territorialismo também foi discutido por Castro (2005), que aponta a questão dos conflitos entre Estados Nacionais, considerados centrais nos estudos geopolíticos até meados da década de 1970. Castro (2005) discute a formação das fronteiras entre os países, seu tamanho e localização estratégica, bem como os fluxos mercadológicos, que representariam uma dinâmica de intensa disputa entre Estados-nacionais. Os argumentos propostos por Castro (2005), apesar de se voltarem à explicação da lógica de competição entre os Estados Nacionais, como o faz Arrighi (1996), destacam como essa competição está intimamente vinculada às condições materiais da circulação capitalista. Dessa forma, o Estado teria um papel estratégico na produção do território,

¹⁷ Apesar disso, Arrighi faz uma interessante elaboração a respeito da dinâmica que envolve o território, mesmo que a partir de uma perspectiva zonal. A elaboração de Arrighi (1996) sobre o território como intermediário da dinâmica de reprodução capitalista parece ser adequada em determinadas análises e nos abre um campo fértil de exploração, desde que se utilize a noção de território em uma perspectiva mais ampla. Isto é, o estabelecimento de um tipo de relação DTD’ (dinheiro – território – dinheiro acrescido) parece razoável para esclarecer que, para sua reprodução, o capital necessita produzir relações espaciais de acordo com a sua lógica, que é de realização do valor no ciclo produtivo, sugerindo que a produção do território faz, parte do processo de reprodução capitalista, mesmo considerando a amplitude do que significa território. Na verdade, acredita-se que esta é uma estratégia dentro do movimento de reprodução capitalista, fundamentada nos discursos em favor do desenvolvimento e nesse sentido, pode-se falar em territorialismo, o que reforça o próprio significado da dinâmica DTD’ sugerida por Arrighi (1996).

seja enquanto zona, em suas relações internas, em uma escala que podemos chamar de nacional, seja enquanto rede, nas relações impregnadas nas transações de valores na escala global. A autora também defende que esse debate ainda é relevante na atualidade, apesar dos avanços tecnológicos e das novas estratégias decorrentes do mais recente processo de globalização. Castro (2005) procura mostrar que existe uma importante dualidade na atuação do Estado, que revela seu papel na produção do território. Trata-se de uma dualidade essencialmente escalar: de um lado o Estado e suas relações como o externo, no que diz respeito às disputas com outros Estados Nacionais, pelo controle de fluxos econômicos ou para o exercício de influência política; de outro lado, a relação do Estado com o interno, em que estão em voga as estratégias de controle social, que nesse caso dizem respeito ao controle das práticas políticas que se desenham e produzem espaço.

A dualidade que se pode perceber na atuação do Estado nessas duas escalas destacadas que, por estarem articuladas, favorecem a compreensão de que o Estado cumpre o papel de articulador dos fluxos e fixos de reprodução do valor e de ator tático de uma *governamentalidade* social que sustenta a naturalidade das práticas hegemônicas de poder, como ocorre no caso as práticas capitalistas de produção e circulação. Esse arranjo tático parece se materializar pelas práticas que Foucault denomina técnicas de governamentalidade. Para Foucault,

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito tempo, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008a, p. 144).

No caso do processo de formação territorial é possível destacar a prática do planejamento territorial como desdobramento de interesses que buscam a aplicabilidade de uma ordem, cujo principal objetivo deveria ser o tratamento das mazelas sociais. O Mercado se coloca como mediador dessas mazelas, como definidor da “verdade” através da prática da *governamentalidade* (FOUCAULT, 2008b). Outra abordagem importante quanto à questão do territorialismo é aquela de sentido, cultural, que investe em iniciativas de etnicização da vida (COSTA, 2006). Nesse sentido, a noção de territorialismo também não foge à ação política. Na verdade, ao recorrer à etnicização, um grupo age politicamente em contraponto a uma dinâmica que o fragiliza. Isto é, há o estranhamento e a ação de contraposição, como forma de produção reativa do território, que muitas vezes representa uma estratégia de sobrevivência. Costa (2006) exemplifica a questão através da tese de

Samuel Huntington sobre o “choque de civilizações”, para quem as identidades culturais são motores da dinâmica de conflitos, bem como de determinadas coesões. Costa (2006), no entanto, aponta o caráter simplista da tese de Huntington, que se apega a um tipo de área/território cultural contínuo e homogêneo que produz a forma das civilizações. O mesmo Costa (2006) também destaca que essa abordagem cultural-territorialista abre campo para a investigação de importantes movimentos sociais, nas mais diversas escalas, inclusive nas redes e nas diásporas de imigrantes¹⁸. Souza (2007), ao reforçar a ideia de territorialidade, como uma forma de representação de “controle territorial”, sugere o uso do termo (noção) de *territorialismo*, uma vez que o territorialismo significa uma estratégia¹⁹.

5. REFLEXÕES FINAIS: UMA MEDIAÇÃO ENTRE TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Ainda que não haja consenso em torno de seu conceito, o debate sobre a noção de territorialismo torna-se essencial a análise dos processos de (re)territorialização na contemporaneidade, uma vez que se estabelece como uma estratégia política em escalas diferenciadas. Abre-se, então, um campo fértil de investigação e reflexão, bem como na busca de estratégias e políticas de desenvolvimento (e reação) territorial. A própria ideia de desenvolvimento tem sustentado grande parte das mobilizações político e sociais na atualidade, inclusive enquanto estratégia e ação territorial.

As teorias do desenvolvimento, tradicionalmente oferecidas pela ciência econômica, oferecem instrumentos favoráveis às estratégias de poder utilizadas nas relações capitalistas. É importante ressaltar, ainda, que o movimento de construção de uma racionalidade própria apresenta-se plenamente adequado a esse sistema social. O debate a respeito do modelo de desenvolvimento prevalecente faz parte da construção e perpetuação de uma racionalidade específica que se pretende universal, como um saber hegemônico; não se permite a extrapolação de seus princípios lógicos. Esse modelo de desenvolvimento concentra duas linhas se coadunam: a reprodução do modo de produção capitalista e a busca pela superação da desigualdade; ambas tratam o desenvolvimento como necessário, enquanto objetivo social, refletido na formação dos territórios.

¹⁸ “É interessante verificar como, na verdade, estes processos de reterritorialização que poderíamos denominar de “culturalistas”, pela ênfase que dão às identidades (étnicas, religiosas, linguísticas), se difundem pelo mundo em múltiplas escalas. Mesmo que Huntington tenha certa razão no que se refere às “linhas de fratura” de algumas grandes “civilizações”, a verdade é que há movimentos “territorialistas” de base cultural nas mais diversas escalas, do “gueto” urbano ao regional e ao nacional – e não só o nacional no sentido clássico de territórios contínuos bem delimitados” (COSTA, 2006, p. 227).

¹⁹ A propósito da noção de territorialidade – a qual Souza (2007) discute ao manifestar sua preferência pelo territorialismo quanto uma estratégia de dominação do espaço – na concepção do autor ela deve ser explorada “no plural”, de maneira que ela se remeteria aos tipos gerais em que os territórios podem ser classificados, como territórios contínuos e territórios descontínuos.

As políticas de desenvolvimento, tão discutidas no âmbito governamental e nos círculos financeiros e de negócios, se mostram e refletem movimentos eminentemente territorialistas. Resguardam uma geopolítica de produção e reprodução do espaço sob uma lógica específica: de acumulação de capital. Torna-se necessário, portanto, compreender mais afundo as nuances do discurso do *desenvolvimento* territorial e sua articulação com as práticas de poder hegemônicas estabelecidas. Abrem-se, dessa forma, novos campos de investigação e debate.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. **O longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: ed. Fundação Editora da UNESP, 1996.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: ed. Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, C. **Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar**. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporâneo: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: ed. EDUFBA, 2009.

BRUNET, R.; et al. **Les mots de la Géographie: dictionnaire critique**. Montpellier: ed. Reclus; Paris: ed. La Documentation Française, 1993.

CARDOSO, F. H. **Ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópoles: ed. Vozes, 1980.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política: território, escala de análise e instituições**. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2005.

CHIVALLON, C. Fin des territoires ou nécessité d'une conceptualization autre? **Géographies et Cultures**, Paris: L'Harmattan, n. 31, 1999.

COSTA, R. H. da. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, W. M. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec/USP, 1992.

COX, K. **Political Geography: Territory, State, and Society**. Malden, Massachusetts: ed. Blackwell Publishers, 2002.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008b.

GODELIER, M. **L'idéal et le materiel**. Paris: ed. Fayard, 1984.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: ed. Contexto, 2001.

GARCÍA, J. L. **Antropología del Territorio**. Madrid: ed. Josefina Betancor, 1976.

GOTTMAN, J. **La politique des Etás et sa Géographie**. Paris: ed. Armand Colin, 1952.

HISSA, C. **Territórios de diálogos possíveis**. 2009. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporâneo: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: ed. EDUFBA, 2009.

HUNTINGTON, S. P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: ed. Objetiva, 1997.

LATOURETTE, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: ed. 34, 1994.

LEFEBVRE, H. **The production of the space**. Oxford: ed. Blackwell Publishers, 1991.

MOORE, A. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. **Progress in Human Geography**, 2008, vol. 32, n. 2, p. 203-225.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no "Longo" Século XVI**. São Paulo: ed. Hucitec, 2000.

MUSSET, A. De Lênin a Lacoste: os arquétipos espaciais do subdesenvolvimento. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporâneo: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: ed. EDUFBA, 2009.

POGREBINSCHI, T. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **LUA NOVA**; N. 63; 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Géographie Politique**. Paris: ed. Economica, 1988.

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: ed, Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: ed. Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma nova geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: ed. EDUSP, 2002.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, nº 9, p. 103-109, 2000.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: ed. EDUSP, 2005.

SOUZA, M. de. **O território: sobre o espaço, poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO et al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2007.

SWYNGEDOUW, E. **Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale**. In: COX, K. **Spaces of Globalization: reasserting the power of the local**. Nova York: ed. Guilford Press, 1997.

SWYNGEDOUW, E. Globalisation or ‘Glocalisation’? Networks, Territories and Re Scaling. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 17, n. 1, p. 25-48, 2004. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0955757042000203632#.U-oMbPJo56M>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

VAINER, C. B. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas de ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 8, n. 2, p. 9-29, 2006. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br>>. Acesso em: 25 mai. 2014.